
APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Esta edição da revista PRACS apresenta o Dossiê **Pan-Amazônia entre Neodesenvolvimentismos e Neoliberalismos: Ecologia Política como Alternativa**, organizado pelos professores David Junior de Souza Silva, da Universidade Federal do Amapá, Brasil, e José Efain Astudillo Banegas, da Universidad de Cuenca, Equador.

A Pan-Amazônia, como região natural criada e cultivada pelos povos indígenas habitantes na região há mais de 10 mil anos, sofre um longo processo de violência e ações de expropriação no Sistema-Mundo Moderno-Colonial, desde o estabelecimento deste nos séculos XV e XVI, na ocasião das grandes navegações europeias.

Estas violências e ações de expropriação modificaram-se e assumiram diferentes formas ao longo do tempo, algumas delas identificadas conceitualmente pela ciência social: a primeira, a colonização histórica, regida pelo pacto colonial e estruturada na desumanização e escravização dos povos africanos e indígenas.

Recentemente, as formas desta dominação se atualizam para conceitos modernos para atender ao espírito do tempo, ou seja, por meio de conceitos que visam ocultar a dominação e a reprodução da matriz colonial de poder. No Brasil, diferentes conceitos foram utilizados, compondo diferentes discursos e reproduzindo a mesma colonialidade. Podem ser identificados o conceito de integração: pelo qual se realizou a construção de rodovias, e hoje de hidrovias e portos, ligando centro-sul a algumas capitais da Amazônia; o conceito de povoamento, pelo qual se induziu a migração, nordestina e sulista, para a região; o binômio conceitual de segurança e defesa, pelo qual se militarizou a região em pontos considerados estratégicos pelo Estado, com o objetivo anunciado de garantir a defesa e o controle sobre as fronteiras da região.

Finalmente, o discurso de desenvolvimento é o que tem sido hegemônico na reprodução da colonialidade da região, abraçado tanto pelos neoliberalismos quanto pelos neodesenvolvimentismos.

Conforme Mathis et al¹ (2016, p. 241) "foi criada a chamada terceira via de desenvolvimento que se inicia na segunda fase do neoliberalismo (social-liberalismo), caracterizada por um sincretismo entre o mercado e o Estado conduzido por uma ideologia de promoção do bem-estar social. Constata-se, então, que a aliança dos neodesenvolvimentistas com o bloco social-liberal não se dá apenas no aspecto político, pois ambos compartilham da ideologia burguesa que compreende de forma limitada e superficial a dinâmica da acumulação capitalista e seus nexos com o subdesenvolvimento e a dependência do Brasil aos centros capitalistas".

Apresentados ideologicamente como opostos um ao outro, em realidade, são dois discursos diferentes para realização do mesmo projeto: a territorialização definitiva da sociedade do capital. "O grande capital, estatal e privado do ramo do ferro, da bauxita, do alumínio, da energia elétrica, tornou-se rei e lei: com toda a sua soberba, remodelou o espaço, abrindo nele, de sul a norte, de oeste a leste, minas, represa de rio e lago artificial, linhas de alta tensão, ferrovia, lagoas de resíduos minerais, sem consideração nem pelas populações locais, tanto tradicionais

¹ MATHIS, A. A.; NASCIMENTO, M. A. C.; N. F.; GOMES, V. L.. Desenvolvimento, neodesenvolvimentismo e impactos sobre o trabalho na Amazônia brasileira. *Novos Cadernos NAEA*, v.19, p. 237-252, 2016.

como os recentemente imigrados. As grandes empresas de pesca e de madeira, modernamente equipadas, ávidas pelo lucro" (HÉBETTE, 2004, 23 apud MATHIS et al, 2016, p. 245).

Face indissociável do mesmo processo é a reprodução da matriz colonial de poder sobre a Amazônia; ou em outros termos, a manutenção de sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho. "O ideário neodesenvolvimentista difundido no Brasil, principalmente, nas primeiras décadas dos anos 2000 não alterou o lugar da Amazônia na divisão internacional e nacional da exploração do trabalho" (MATHIS et al, 2016, p. 245)

Este dossiê reúne pesquisas sobre a realidade dos povos amazônidas e suas mobilizações em defesa de seus territórios e direitos; bem como pesquisas que analisem criticamente as políticas públicas e conjuntos de legislações que têm sido criados para institucionalizar direitos das comunidades tradicionais e a proteção ambiental; e pesquisas de avaliação crítica de políticas públicas que têm sido planejadas e implementadas com diversos objetivos para a região. Esta diversidade de pesquisas objetiva um quadro intelectual no qual seja possível pensar alternativas amazônidas para um projeto de vida e de futuro para a região alternativo à absolutização da lógica capitalista, materializada nos diferentes discursos sobre a região, que, em suma, objetivam realizar o mesmo programa: a territorialização definitiva da sociedade do capital.

Objetiva-se contemplar toda sorte de alternativas criadas pelos povos amazônidas, com destaque para as leituras sob o viés da Ecologia Política, mas não exclusivamente a ela. Estudos que problematizam os discursos do capital sobre a Amazônia, bem como as políticas públicas que engendram, também foram recebidos como composição do dossiê.

Em face ao fato de a matriz colonial de poder se reproduzir nos termos dos neodesenvolvimentismo e neoliberalismos, processos que precisamos conhecer cientificamente, as Ecologias Políticas emergem como umas das alternativas legítimas à reprodução da matriz colonial de poder.

O dossiê ficou dividido em quatro temáticas principais: (i) a Amazônia e sua inserção na Economia Mundial contemporânea; (ii) povos tradicionais, seus territórios, modos de vida, saberes, mobilizações políticas e direitos; (iii) políticas públicas do Estado brasileiro para Amazônia, abrangendo legislação e institucionalização de direitos, políticas de preservação ambiental e políticas de desenvolvimento; (iv) e por fim, reflexões conceituais de conjunto sobre a sociedade amazônica.

A primeira parte do dossiê, que tematiza as características da Amazônia e sua inserção na Economia Mundial contemporânea, inicia-se com o texto de Indira Mara Santos, **The Effect of Exports on a Wealth of a Country: A Comment on the Role of Natural Capital in the Amazon Basin**, texto que faz extensa reflexão sobre o papel do capital natural na economia contemporânea, sua participação no capital fixo de um país e sua relação com a conservação do meio ambiente, e traça um panorama do sentido que o capital natural tem tomado para a Amazônia.

O segundo texto desta primeira parte é o de Carlos Germano Ferreira Costa, intitulado **Multi-stakeholder partnerships in agricultural commodity supply chains and deforestation-free commitments in the amazon: a delicate balance**, realiza a tarefa de examinar o equilíbrio entre políticas de comando e controle, governança e estruturas institucionais na Amazônia brasileira. É posta em exame no artigo a relação entre a dinâmica produtiva da agropecuária e os compromissos nacionais de eliminar o desmatamento, mediante análise das

mudanças no uso da terra e das cadeias de fornecimento de produtos agropecuários, a partir de dados do MAPBiomas e de uma ampla revisão da legislação ambiental brasileira e acordos ambientais assinados pelo Brasil na última década.

O segundo bloco do dossiê é o do conjunto de artigos que versam sobre os povos amazônidas e suas estratégias territoriais e de defesa de seu modo de vida. Os dois primeiros textos tratam da caríssima temática dos saberes tradicionais: o primeiro, sobre o conhecimento do partejar tradicional, realizado pelas parteiras do Amapá; o segundo, sobre os conhecimentos medicinais e espirituais dos sacerdotes Shuar, na Amazônia Equatoriana.

O primeiro texto desta seção é de Raysa Nascimento, intitulado **De “curiosa” à “parteira de verdade”: compreensão, assimilação e desenvolvimento do partejar tradicional**, em que a autora trata, a partir de intensa e rica pesquisa etnográfica, do processo de aprendizado do partejar tradicional por Parteiras Tradicionais do município de Santana, no Amapá. Acompanhando as parteiras em seus atendimentos, a autora descreve com rara sensibilidade o cotidiano das parteiras, destacando suas memórias e suas técnicas do partejar.

Em seguida, o texto de José Efraín Astudillo Banegas, **Ecologia política desde la Amazonia Ecuatoriana: Volver al territorio después de la pandemia del COVID 19**, também fruto de extensa pesquisa etnográfica, trata da pandemia de COVID-19 como resultado do modelo de desenvolvimento predatório capitalista e dos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre os territórios indígenas em Equador. Outrossim, trata dos saberes dos sábios indígenas sobre as formas possíveis de se recuperar o equilíbrio com a natureza, estabelecer a interculturalidade e o diálogo de saberes, como saber e projeto possível de mundo, alternativo ao capitalismo, construído pelos povos indígenas.

O artigo **Controle social e lutas quilombolas no Maranhão: cruzando saberes para a garantia de direitos territoriais**, de autoria de Marivania Leonor Sousa Furtado, analisa o processo de produção de saberes de lideranças quilombolas do Maranhão, que passaram pelo projeto de extensão liderado pela autora “Formação de Lideranças Quilombolas para o exercício do Controle Social”. O artigo chama atenção pela maestria metodológica, ao aliar extensão e pesquisa e ao aplicar o método da etnografia dos interstícios.

O artigo **Identidades Territoriais Kalunga da/na comunidade quilombola do Mimoso, em Tocantins**, de autoria de Elizeth da Costa Alves, Augusto Rodrigues da Silva Junior e Maria Geralda de Almeida, investiga, a partir da geografia cultural, as relações dos Kalunga com seu território. Este vínculo com o território é expresso nas tradições orais e na memória, dando existência ao que as autoras chamam de aspectos imateriais da identidade territorial da comunidade.

O artigo **O Modelo de Desenvolvimento do Tocantins e o povo Akwẽ-Xerente: impactos socioambientais e desafios da interculturalidade**, de Reijane Pinheiro Da Silva e Héber Rogério Grácio, discute as transformações no território e na cosmologia do povo indígena Akwẽ-Xerente diante dos impactos do modelo de desenvolvimento implementado no Tocantins. Pesquisa de metodologia etnográfica, identifica que a expansão do agronegócio e implantação de hidrelétricas tem prejudicado as formas tradicionais de produzir alimento e as relações cosmológicas dos Akwẽ-Xerente, marcadas pela intercomunicabilidade entre os seres que coabitam o território.

O artigo **Interculturalidade na educação escolar indígena na perspectiva decolonial – o caso da CEI Raimundo Lopes na Terra Indígena Guajajara em Grajaú – MA**, de

Samuel Correa Duarte e Taywan Morais Clemente Guajajara, investiga os processos educativos desenvolvidos pelos indígenas Guajajara/Tenetehar, na aldeia Bacurizinho, localizada na cidade de Grajaú/MA. A partir das entrevistas com os professores da escola indígena, os autores buscam refletir sobre como a conjugação entre saberes, tradição e organização política pode ser eficaz na resistência frente à colonização cultural.

O artigo de Jackson Bouéres Damasceno Júnior e Marivania Leonor Sousa Furtado, **Agricultura tradicional e os sistemas econômicos quilombolas de Juçaral dos Pretos - Presidente Juscelino – MA**, caracteriza o sistema produtivo das comunidades quilombolas, relacionando o fazer da agricultura tradicional com a dimensão cosmológica das comunidades. O artigo evidencia as relações sociedade e natureza da comunidade, e como as relações produtivas baseiam-se em práticas culturalmente construídas mais do que por uma lógica estritamente comercial.

Na sequência, temos duas pesquisas sobre a realidade das comunidades ribeirinhas e quilombolas do arquipélago do Marajó. O primeiro, o artigo de Maria Elisane de Souza Silva e Eunápio Dutra do Carmo, **Invisibilidade da população ribeirinha ao acesso e efetivação das políticas públicas: as experiências no território em disputa de Anajás-PA**, faz uma investigação sobre a realidade das comunidades ribeirinhas do município de Anajás, Arquipélago do Marajó, especialmente sobre o tema da efetivação de direitos e do acesso a políticas públicas específicas pelas comunidades. O artigo demonstra como a contemporânea intensificação de ocupação das terras no município por agentes capitalistas significa a manutenção de históricas estruturas políticas e econômicas que privilegiam a elite regional/local em detrimento das populações ribeirinhas, mantendo estas comunidades afastadas do acesso a cidadania.

O texto **Território e modo de vida quilombola em São Tomé de Tauçú, no rio Acutipereira, no município de Portel (Pará-Brasil)**, de Christian Nunes Da Silva, Edinael Pinheiro da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima, Hugo Pinon De Souza e Geovani Gonçalves Farias tematiza as transformações no modo de vida e no território da comunidade, diante do conjunto de mudanças que têm se dado na região, como a inserção de novos agentes capitalistas e a implementação de políticas públicas de conservação ambiental, que colocam disputas em torno do território e novas normas de ordenamento territorial.

O bloco subsequente do dossiê reúne pesquisas de análises das políticas públicas do Estado brasileiro para Amazônia, abrangendo legislação e institucionalização de direitos, políticas de preservação ambiental e políticas de desenvolvimento.

As primeiras duas pesquisas são estudos sobre a institucionalização de direitos de povos tradicionais no Brasil. A primeira é o trabalho de Lucas Bento da Silva, **A disputa pela defesa dos direitos e os movimentos das políticas públicas para Quilombo no Brasil (1995-2010)**, que coloca em análise as políticas públicas de dois governos federais para as comunidades quilombolas, do ponto de vista do atendimento ao marco regulatório constitucional do ADCT-68.

O segundo trabalho é o de Bruno de Oliveira Rodrigues, **Atividade legislativa e política quilombola: ruralistas e os projetos no Congresso Nacional entre 1988 a 2020**, que, também tendo como marco de referência o ADCT-68, investiga a atuação do legislativo federal brasileiro em torno da tramitação de leis concernentes à regulação dos direitos quilombolas. O artigo faz uma aprofundada análise sobre as filiações ideológicas dos projetos e as articula-

ções entre parlamentares em torno às discussões dos projetos, com isto, evidencia os blocos de poder que se apresentam em disputa em torno destas legislações.

As pesquisas seguintes tratam da investigação sobre o discurso do desenvolvimento para a Amazônia e as políticas públicas deste âmbito. Abrindo este bloco, o artigo **Os mecanismos de consenso e coerção em torno do projeto de desenvolvimento hegemônico no Amapá**, de autoria de Eduardo Margarit Alfena do Carmo, Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira e Cleuton Pinto Miranda, objetiva a compreensão dos mecanismos de consenso e coerção do Estado para implementação de seu projeto de desenvolvimento. Os autores identificam uma combinação de uma estratégia midiática de profusão de discursos em favor deste modelo de desenvolvimento e de uma estratégia de silenciamento das vozes discordantes, oriundas de comunidades tradicionais e movimentos sociais.

O texto seguinte, intitulado **Políticas de desenvolvimento territorial no sul do Amapá**, de Roni Mayer Lomba, Antonio Sérgio Monteiro Filocreão e Irenildo Costa Silva, também trata dos projetos de desenvolvimento do Amapá. O artigo coloca em análise uma série de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural implementadas no Amapá, e constata que os avanços não foram suficientes para reduzir as históricas desigualdades no meio rural do estado.

O trabalho **A participação popular no processo de licenciamento ambiental da exploração petrolífera na costa do Amapá: um estudo de caso sobre a contribuição da audiência pública do bloco FZM-A-59**, de autoria de Luis Ribeiro de Sousa e Marcelo José de Oliveira, investiga os modos como se deu a participação popular via audiência pública no processo de licenciamento ambiental da exploração petrolífera no estado do Amapá. O artigo identifica que a participação foi pequena do ponto de vista quantitativo, porém as preocupações levantadas pelos participantes, como em relação aos impactos na pesca na região e os riscos aos corais da Amazônia, parecem ter tido importância na decisão do Ibama, o qual solicitou novas informações para subsidiar a decisão sobre o licenciamento.

O trabalho **Relações Brasil-Suriname: fronteira, garimpo e imigração no século XXI**, de autoria Camilo Pereira Carneiro, Scharmory da Silva Soares e Hana Karoline Ramos Guedes Lichtenthaler, põe em análise, a partir de um olhar situado entre as disciplinas das Relações Internacionais e da Geografia Política, os projetos e políticas públicas brasileiras para a região de fronteira de Brasil com o Suriname, com o objetivo de avaliar sua eficácia no sentido de impulsionar o desenvolvimento local e dinamizar as relações entre os dois países.

A pesquisa de Laercio Gomes Rodrigues e Tomás de Albuquerque Lapa, intitulada **Contradições sociais e urbanas vistas pela fresta da casa: moradia popular, hábitos tradicionais versus gestão urbana no Território Federal do Amapá (1940-1970)**, analisa, em perspectiva histórica, a política de gestão urbana implementada nos primeiros 30 anos do governo do Território Federal do Amapá. Conforme os autores, esta política expulsou os moradores locais, sobretudo negros e caboclos, do centro da cidade, e suas moradias tradicionais, casas de madeira, lidas pelo Estado como atrasadas, foram desfeitas e substituídas por moradias consideradas “modernas” pelo Estado: casas de alvenaria.

A última parte deste bloco é um conjunto de pesquisas sobre políticas públicas de conservação ambiental na Amazônia. O primeiro trabalho deste conjunto é o de Marco Antonio Chagas, Janaina Freitas Calado e Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, **Amazônia Consiliente e Amazônia das Ecologias de Saberes: diálogos para a conservação da natureza em**

áreas protegidas. Neste artigo, os autores apontam para uma matriz filosófico-científica para a conservação da natureza na Amazônia que acolha a multiplicidade de perspectivas dos diversos sujeitos sociais que vivem na região. O texto reflete sobre subjetividades e territorialidades que realizam ação coletiva de resistência ao capitalismo das *commodities* impulsionado pelo Estado-Mercado, e aponta caminhos para aproximações e complementaridades epistemológicas entre conhecimentos e saberes ecológicos identificados em práticas nas terras indígenas, reservas extrativistas e outras áreas protegidas na Amazônia.

O trabalho subsequente, **Por uma política ambiental etnoconservacionista na Amazônia**, de autoria de Rennan Moura Martins e Marcelino Carneiro Guedes, igualmente empreende reflexão sobre o sentido social e filosófico da conservação da natureza, fazendo dele emergir novas diretrizes para a política ambiental na Amazônia. Os autores defendem a pesquisa sobre a etnoecologia dos povos indígenas e das comunidades tradicionais da Amazônia como um modo de aprendizado de conhecimentos e práticas eficazes de conservação da natureza.

O trabalho de Victor André Pinheiro Cantuário e Flávio dos Santos Oliveira, **Entre o desmatamento e a legislação: questões a serem consideradas sobre a situação recente das Áreas de Preservação Permanente de Paragominas-PA**, investiga a realidade das Áreas de Preservação Permanente, examinando as condições de seu sucesso em suas relações com o poder estatal e a sociedade civil, com projetos de empresas privadas e associações de reflorestamento. A pesquisa em tela se apresenta como um detalhado estudo de caso sobre a implementação da política ambiental no município de Paragominas.

O artigo **Lacunas cartográficas na delimitação territorial em áreas protegidas**, de Olavo Fagundes da Silva, trata de um problema recorrente nas áreas protegidas no Brasil: as sobreposições territoriais. O artigo realiza uma investigação sobre as sobreposições territoriais entre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, o Assentamento Agroextrativista do Rio Maracá e as áreas de manejo florestal da de uma empresa privada, examinando detalhadamente as implicações destas sobreposições para a gestão territorial e ambiental.

Este bloco encerra-se com o artigo de Antonio Jorge Barbosa da Silva, Ygor Felipe Távora da Silva e Ires Paula de Andrade Miranda, intitulado **A atribuição da guarda municipal em ações ambientais efetivas nas unidades de conservação de Manaus**. Este artigo trata da importante etapa das políticas de conservação ambiental que é a fiscalização. Os autores examinam assim a instituição da guarda municipal como parte constitutiva da política pública, catalogando as principais demandas dos serviços de proteção ambiental e propondo a partir delas instrumentos técnicos, administrativos e normativos para o fortalecimento da eficácia desta função de fiscalização e educação.

A última seção do dossiê traz duas publicações que fazem reflexões conceituais sobre a sociedade amazônica. O primeiro destes artigos é o de Elias de Nazaré Moraes, **O ethos ecológico no pensamento de Bobbio integrado aos direitos humanos e a Amazônia**, que tematiza o debate ecológico como direito humano fundamental. Nesta reflexão o autor enfatiza a proteção dos direitos ambientais e a importância da sustentabilidade como parte do processo de consolidação da democracia, discussão de importância especial para a Amazônia.

Encerrando o dossiê, o artigo de Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães, intitulado **Diálogos da antropologia com os teóricos da decolonialidade: pensando modernidade e raça**, em que a autora promove um confronto entre a teoria antropológica europeia e a teoria

decolonial latino-americana, apontando para a colonialidade subjacente à teoria antropológica, e as relações daquela com a consolidação do capitalismo, da desigualdade social e do racismo estrutural na Amazônia.

Nós organizadores do dossiê agradecemos aos pesquisadores que contribuíram com seus artigos para construção deste volume tão diverso, e desejamos aos leitores uma proveitosa e instigante leitura.

David Junior de Souza Silva
José Efraín Astudillo Banegas